

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Filosofia – FIL

**UMA EXPOSIÇÃO CRÍTICA DAS IMPLICAÇÕES DO NATURALISMO
ONTOLÓGICO**

Jéssica Franco de Carvalho

Brasília
2013

Jéssica Franco de Carvalho

**UMA EXPOSIÇÃO CRÍTICA DAS IMPLICAÇÕES DO NATURALISMO
ONTOLÓGICO**

Monografia apresentada ao Departamento de
Filosofia como requisito parcial à obtenção
do título de licenciatura e bacharelado em
Filosofia pela Universidade de Brasília.

Orientador: Herivelto P. Souza

Brasília
2013

RESUMO

No presente trabalho visamos expor e analisar os diferentes tipos, desdobramentos e consequências de posições ditas naturalistas a partir de um recorte na literatura. Nos dedicamos em especial à dimensão ontológica do naturalismo. O naturalismo representa uma das múltiplas relações possíveis entre filosofia e ciência, que pode ser sumarizada pelo lema de que a filosofia *deve estar continuidade com a ciência*. Oferecemos uma crítica às noções de natureza ou natural que podemos extrair das formulações mais comuns do naturalismo ontológico, apontando suas insuficiências. Procuramos também oferecer uma resposta ao problema do ceticismo – objeção colada ao naturalismo ontológico, metodológica e metafilosoficamente –, argumentamos que essa objeção não se coloca ao naturalismo tomado em termos gerais.

Palavras-chave: naturalismo ontológico; natural; ceticismo.

SUMÁRIO

Introdução.....	5
1 Naturalismo Ontológico.....	10
1.1 Naturalismo Ontológico: O Comprometimento com uma Imagem de Mundo Cientificamente Informada.....	10
1.2 Algumas Noções de Natural Subjacentes ao Naturalismo Ontológico.....	16
1.2.1 O Natural e o Sobrenaturalismo.....	20
1.2.2 Críticas às Noções de Natural.....	20
2 O Problema do Cientificismo.....	27
Conclusão.....	32
Referências Bibliográficas.....	33

INTRODUÇÃO

O naturalismo figura como um projeto amplamente difundido, cujo caráter, entretanto, não é pacífico. Não há acordo quer entre os naturalistas, quer entre seus opositores, sobre se o naturalismo, em suas diferentes modalidades, possa ou não ser identificado com a aceitação de um núcleo comum de teses ontológicas. Ou ainda, sobre se um retrato fiel do naturalismo é viável apenas se o concebermos em termos metodológicos. E há também saídas conciliatórias, como, por exemplo, as que identificam o naturalismo com teses ontológicas largamente partilhadas e certas inclinações metodológicas. Uma outra forma de articular essa questão é dizendo que o uso do termo 'naturalismo' é de ordem estipulativa – o que explicaria, em alguma medida, a diversidade de significados dele –, mas que, ainda assim, seu emprego seria regulado por regras tácitas de aplicação, que bloqueariam a prescrição de um significado como, digamos, o de corresponder à visão de que não podemos ter o conhecimento de entidades ou fatos extra-mentais; pois isso não preserva, em nenhum sentido, o que familiarmente poderia ser encontrado nas diversas acepções.

Um propósito construtivo factível diante a variedade conceitual e terminológica do naturalismo é avaliação de algumas consequências que podem ser extraídas dela. O que há de proveitoso nisso, além de colocarmos alguma ordem, ainda que provisória, ao emaranhado conceitual das discussões acerca do naturalismo – o que já seria certamente um ganho –, é a reflexão sobre as implicações do naturalismo enquanto um projeto geral na filosofia.

Por ora, não ofereceremos nossa resposta à questão quanto a se o naturalismo envolve ou não um comprometimento substantivo com teses ontológicas ou metodológicas. A despeito disso, podemos apontar alguns tipos de assunções que têm sido associadas ao naturalismo, nomeadamente: (a) que o naturalismo pressupõe alguma ideia do que seja o natural e rejeita a admissão de entidades não naturais no plano ontológico; (b) que exclui determinados tipos de explicação sobre o funcionamento do mundo; e (c) que pode, usualmente, ser compreendido em termos de certos compromissos com as ciências empíricas. Tomadas em conjunto, (a)-(c) fornecem-nos o rascunho do que usualmente se entende por naturalismo¹. Tomadas

¹ O naturalismo nessa acepção é referido também por 'naturalismo filosófico' (KIM, 2003; PAPINEAU, 1993) ou "naturalismo científico" (DECARO; MACARTHUR, 2010). Mas mesmo esse uso não é de todo uniforme. A expressão 'naturalismo filosófico' é utilizada, por vezes, como sinônimo de 'naturalismo metafísico' (FORREST, 2000), uma dimensão ontológica do naturalismo (desse modo, não abrangendo as dimensões metodológicas e metafilosóficas do naturalismo). Já 'naturalismo científico' oferece dificuldades por poder sugerir que o naturalismo é uma posição em ciência, não em filosofia. Ou ainda pode eclipsar o sentido genérico do naturalismo, que envolve aspectos ontológicos, metodológicos e metafilosóficos, pela ênfase numa forma austera de naturalismo metodológico e metafilosófico que implicam no cientificismo. Por

isoladamente, elas apontam para alguns aspectos ou consequências do naturalismo.

O naturalismo com grande frequência assume uma forma ontológica, o que talvez pese para que lhe sejam associadas certas teses metafísicas. Uma maneira de expressar tal tipo de forma é dizendo que o naturalismo consiste em uma visão de mundo (*Weltanschauung*), como sugerem Keil e Schnädelbach (2000, *apud* SUKOPP, 2007, p. 78). Uma outra é a de que o naturalismo consiste da doutrina que afirma não existir nada além do que é contido no mundo natural (cf. PETTIT, 2010, p. 542; SCHMITT, 2009, p. 435; STROUD, 2004, p. 26). Essa formulação desloca, em certa medida, a pergunta sobre o que é o naturalismo para o que é o natural. E dada a conjunção de (a) e (c), uma das consequências que podemos prever é a de que o naturalista entenda o natural como estando intimamente ligado a um tipo de explicação fornecida pelas ciências – excluindo outros tipos de explicação, isto é, conforme (b). Mas o naturalismo, em termos de (a)-(c), envolve uma dimensão que não é apenas ontológica, mas também metodológica e metafilosófica. E nesse sentido, defendemos que é mais apropriado alocarmos as formulações do naturalismo anteriormente mencionadas sob o rótulo de naturalismo ontológico (ou metafísico).

Compreendemos o naturalismo ontológico em termos de um corpo de teses acerca da constituição básica do que existe e que, recorrentemente, se baseiam nos resultados das ciências. Essa formulação nos oferece instrumentos para que possamos abordar as diferentes formas de naturalismo ontológico que encontramos na literatura. Ela inclui as formas austeras, como as que sustentam que são apenas admissíveis numa ontologia naturalista conceitos que encontram alguma fundamentação pelos resultados ou métodos das ciências. Mas inclui também formas mais brandas, que defendem, por exemplo, que certos conceitos, principalmente aqueles que possuem uma dimensão normativa (tais como conteúdos intencionais, avaliações morais e estéticas), não são redutíveis a um tipo de explicação fornecida pelos resultados ou métodos das ciências, mas que ainda assim podem ser consistentemente abrigados em uma ontologia naturalista.

É possível também, como adiantamos, compreender o naturalismo como uma posição eminentemente metodológica. Essa ideia aparece sob diferentes apresentações. Rea (2000; 2002), por exemplo, introduziu recentemente na literatura um ganho interpretativo, ao sugerir que o naturalismo é mais adequadamente caracterizado como um programa de pesquisa, constituído de certas disposições metodológicas, e não de teses filosóficas substantivas. A

isso, para nos referirmos ao sentido mais genérico, utilizaremos apenas o termo 'naturalismo'.

proposta de Rea possui atrativos, pois, ao apresentar o naturalismo em termos atitudinais, pode talvez trazer alguma unidade as diferentes práticas dos naturalistas, não obstante as discordâncias com respeito assuntos de ordem ontológica ou metafilosófica.

Rea, contudo, articula sua tese contra o naturalismo. Segundo ele, as disposições metodológicas do naturalismo são as de tomar os métodos das ciências, e somente eles, como fontes básicas de evidência (REA, 2002, p. 69); e que o naturalismo consiste primariamente no plano de usar tais métodos no desenvolvimento de teorias filosóficas (REA, 2000, p. 110-111). Em linhas gerais, uma conclusão que pode ser extraída de sua argumentação é a de que as disposições metodológicas dos naturalistas – que nessa visão são sua pedra de toque – podem encaminhar os mesmos a consequências ontologicamente aterradoras. Rea argumenta, por exemplo, que o naturalismo não poderia abrigar em sua ontologia objetos materiais, haja visto que, segundo ele, os métodos das ciências sozinhos não são capazes de fornecer justificação à crença em objetos materiais (REA, 2000, p. 111).

O que Rea quer demonstrar é que ao interpretarmos o naturalismo como uma posição metodológica – o que faz com que ganhemos em abrangência em relação as diferentes práticas dos naturalistas e, com isso, possamos ter um retrato mais fiel do naturalismo – nos deparamos com consequências desconcertantes para o naturalismo, justamente por levarmos suas disposições metodológicas a sério. Se as premissas de Rea são o caso então sua crítica ao naturalismo é bem sucedida. Contudo, são debatíveis os comprometimentos que ele associa às disposições metodológicas naturalistas, por elas não serem unívocas; não existe consenso quanto aos comprometimentos metodológicos mínimos do naturalismo.

A forma mais comum de caracterizar a dimensão metodológica envolvida no naturalismo é a ideia da continuidade da filosofia com as ciências. Existem divergências, por exemplo, se a continuidade entre filosofia e ciências deva dar-se num nível programático; no sentido de haver o reconhecimento de que a filosofia é uma atividade intelectual que não se difere essencialmente da ciência; ou se a continuidade deva dar-se pela aplicação de métodos empíricos na investigação filosófica e rejeição de métodos *a priori* (tal como a introspecção, a análise conceitual, etc).

Papineau manifesta um tipo de compreensão que abrange ambos aspectos, ao formular o naturalismo metodológico (em filosofia da ciência) em termos de uma visão sobre a prática filosófica, segundo a qual filosofia e ciência são engajadas no mesmo empreendimento, perseguindo fins semelhantes e utilizando métodos semelhantes (PAPINEAU, 2007).

Godfrey-Smith (2003), numa formulação que é correlata à de Papineau, mas estendendo essa noção para filosofia em geral, afirma que “naturalistas rejeitam a ideia que a filosofia deva ser nitidamente separada dos outros campos [de estudo]” (2003, p. 149; trad. nossa).

Quine (1969) é representativo a respeito, pois ilustra as diversas possibilidades de se pensar a ideia da filosofia em continuidade com as ciências. Quine, ao propor a naturalização da epistemologia, pretendia que esta fosse entendida como parte do empreendimento científico. Mais especificamente, ele almejava que a epistemologia fornecesse “soluções científicas para os problemas epistemológicos da mesma maneira que as teorias científicas, em geral, propõem soluções para os problemas que enfocam” (DUTRA, 2009, p. 196). Tal proposta rejeitava o modo de fazer a pergunta pela natureza do conhecimento como tradicionalmente concebida, ou a “filosofia primeira”. Isto significa que ele rejeitava a possibilidade de se fornecer uma fundamentação ao conhecimento científico por meios que não fossem eles mesmos empíricos. Quine acreditava que a epistemologia devesse ser tomada como “uma página da Psicologia” e que devia responder a questões explicativas. Mas a ênfase no papel descritivo da epistemologia foi objetada em termos de a proposta abandonar (ou negligenciar) as questões normativas. Quine posteriormente reformularia algumas de suas ideias de modo a abrigá-las (cf. QUINE, 1990, p. 19-21).

Semelhantemente à distinção que fizemos de naturalismo tomado em termos genéticos e naturalismo em versão especificamente ontológica, distinguiremos também o naturalismo em versão metodológica. Entendemos que naturalismo metodológico consiste em uma orientação de pesquisa em filosofia, que se baseia grandemente nos métodos e resultados das ciências e que pode não excluir uma pluralidade metodológica nesse âmbito. Novamente, essa formulação dá-nos instrumentos para abordar as diferentes formas de naturalismo metodológico que encontramos na literatura. Não obstante, requer qualificação, já que é possível, por exemplo, conceber o naturalismo como um projeto não apenas em filosofia. Hampton oferece uma formulação que transparece esse tipo de entendimento, segundo a qual: “O naturalismo metodológico é a visão que a filosofia – e mesmo outras disciplinas intelectuais – devem buscar o conhecimento por via de métodos empíricos exemplificados pelas ciências, e não por métodos a priori ou não empíricos” (HAMPTON, p. 20, 1998; trad. nossa). Sperber (1996) propõe a naturalização da *cultura* no âmbito das ciências sociais, no sentido de situar esse fenômeno em relação aos demais fenômenos da natureza. Segundo ele: “[U]m programa naturalista é aquele estabelece uma continuidade fundamental entre seu

domínio e um ou vários da vizinha das ciências naturais” (SPERBER, 1996, p. 5; trad. nossa). Assim, a naturalização da cultura, sob essa perspectiva, não deve ignorar as contribuições da Biologia, Psicologia, etc. É preciso pontuar também que a maneira que compreendemos o comprometimento do naturalismo metodológico com as ciências não pressupõe que sejam, necessariamente, apenas as ciências naturais, podendo também ser as especiais.

No presente trabalho nos dedicaremos, sobretudo, à dimensão ontológica do naturalismo, a partir de diferentes formulações, pretendemos delinear algumas implicações do naturalismo tomado abrangentemente, para isso avaliaremos as noções de ‘natural’ subjacentes ao naturalismo e algumas críticas que tem sido feitas ao naturalismo, como a do cientificismo. Defendemos que as críticas feitas ao naturalismo, usualmente, baseiam-se em suas formas austeras, e que são objetáveis por serem formuladas em desconsideração à pluralidade de formas do naturalismo.

.

1. NATURALISMO ONTOLÓGICO

O naturalismo ontológico pode ser visto como a dimensão do naturalismo que tem implicações de maior generalidade. Pois prescreve quais tipos de entidades, propriedades e eventos que serão admitidos pelo naturalista como constituindo o mobiliário do mundo. Deve, para tanto, oferecer algum tipo de critério ontológico, que permita circunscrever sua ontologia. Contudo, dada a variedade de formas que o naturalismo assume, esse critério talvez não seja unívoco.

As sessões seguintes tematizam o naturalismo ontológico, procurando fornecer uma elucidação conceitual de suas diferentes formulações, pela consideração de suas principais motivações, compromissos, consequências e objeções.

1.1 NATURALISMO ONTOLÓGICO: O COMPROMETIMENTO COM UMA IMAGEM DE MUNDO CIENTIFICAMENTE INFORMADA

Alguns tipos de entidades têm sido apontados como incompatíveis com o naturalismo, tais como: formas platônicas, mentes cartesianas, o éter, anjos, etc. Mas por que é assim? Que tipo de semelhança há entre essas entidades para que elas sejam rejeitadas por uma ontologia naturalista? Excetuando-se certo platonismo quanto a entidades abstratas, que é uma posição filosófica que ainda tem vigor em algumas discussões, o dualismo de substância enquanto uma posição filosófica do chamado problema mente-corpo não é hoje uma posição defensável, ao menos nos mesmos termos de Descartes; e o estatuto do éter hoje não é mais do que o de ter feito parte de um interessante capítulo da história da ciência. Quanto à rejeição de entidades como anjos, o que ela denota é a frequente oposição entre o naturalismo e o sobrenaturalismo. Grosso modo, o sobrenaturalismo pode ser caracterizado pela postulação de entidades ou forças não naturais, que teriam poder causal sobre o domínio do natural.

Quanto às três primeiras entidades referidas, poder-se-ia argumentar-se que o que elas preservam em comum é fato de fazerem parte de articulações que não encontraram apoio nos desenvolvimentos da ciência. É claro que pode ser objetado que uma posição filosófica como o dualismo de substância ou o platonismo não pode ser refutada por uma descoberta empírica. Isso seria demasiado ingênuo, e estamos de acordo. E que a rejeição de uma entidade como o éter parece exigir uma explicação sobre o tipo de atitude que o naturalista deve ter em relação às entidades postuladas na teorização científica. É digno de nota que o naturalismo tem sido

frequentemente associado ao realismo científico (cf. KIM, 2003; ROSEMBERG, 1996), mas não é de todo consensual se essa é uma exigência do naturalismo. Não nos debruçaremos sobre esse tópico. Mas é suficiente para nossos propósitos assumirmos que a observação anterior tem uma importância para entendermos o naturalismo ontológico, uma vez que este é comprometido com uma imagem de mundo significativamente informada pelas ciências, e a rejeição dessas entidades está vinculada a essa imagem.

Entidades como anjos merecem uma consideração à parte. A razão para que esse tipo de entidade seja rejeitada numa ontologia naturalista pode ser entendida como uma questão de escopo: na teorização científica não existe um apelo a entidades que possam estar fora do domínio do natural. Tampouco no que concerne aos métodos empregados é lícito um apelo desse tipo. Como nota Riethie (2008), a rejeição do sobrenaturalismo pelo naturalismo tem uma dimensão não apenas ontológica, mas também metodológica. O naturalista não poderia aceitar coisas tais como adivinhações místicas como um modo legítimo de chegarmos a conclusões acerca de fatos do mundo.

Ainda no que diz respeito às relações entre naturalismo e sobrenaturalismo, Plantinga (2006), por exemplo, defende que o naturalismo implica em ateísmo, mas não vice-versa, pois seria possível, segundo ele, endossar o ateísmo sem um comprometimento com as premissas naturalistas. Já Murphy (2007) nega que o naturalismo equivalha ao ateísmo, no sentido do ateísmo ser uma decorrência do naturalismo, como sugere Plantinga. Murphy reconhece a oposição entre naturalismo e sobrenaturalismo, mas defende que essa oposição é melhor compreendida se tomamos essas posições como tradições ou visões de mundo em competição. Stroud (2004) critica a vagueza da oposição com o sobrenaturalismo se a tomamos como um critério para distinguir uma posição naturalista; pois a maioria dos filósofos do último século teriam sido naturalistas, uma vez que eles assumiam a ideia antissobrenaturalista de que uma abordagem satisfatória da crença e do conhecimento humanos em geral deve envolver apenas o apelo a eventos e processos do mundo natural (STROUD, 2004, p. 23). Rea (2002) aponta que os comprometimentos metodológicos do naturalismo e o atual estágio da ciência dão licença para que o naturalista endosse ao ateísmo (REA, 2002, p. 60), mas igualmente não equivale o naturalismo ao ateísmo.

A insistência de Rea da proeminência dos comprometimentos metodológicos do naturalismo leva a algumas consequências que têm repercussão também sob a oposição entre naturalismo e sobrenaturalismo. Fales (2007), por exemplo, mostra que uma conclusão que

pode ser extraída da tese de Rea (2002) – ou seja, a tese do naturalismo ser antes tudo um programa de pesquisa dotado de certas disposições metodológicas de seguir os métodos e resultados das ciências – poderia ser a de não haver uma incompatibilidade em princípio entre naturalismo e o teísmo, caso o teísmo viesse a ser uma hipótese bem suportada pelas ciências (FALES, 2007, p. 122). Isso colapsaria em parte a oposição²

Embora imaginativa, essa é uma conclusão que, segundo Fales, não pode ser descartada de antemão pelo naturalista. E ela tem consequências expressivas para o naturalismo por talvez lançar dúvidas sobre a ideia de que o naturalismo é fundamentalmente apenas um comprometimento com uma imagem de mundo cientificamente informada (FALES, 2007, p. 122).

No que diz respeito à articulação de Rea, cremos que alguns resultados que se seguem de sua tese só são possíveis devido a uma interpretação radical dos comprometimentos metodológicos do naturalismo; ou, dito em outras palavras, por tomar esses comprometimentos em um sentido muito limitado. Pois o autor atrela ao naturalismo uma irrestrita aceitação dos resultados das ciências. Sua intenção parece ser a de atacar o naturalismo pelas consequências implausíveis que ele supostamente acarretaria, como, por exemplo, a de que a crença em objetos materiais não poderia ser justificada de um ponto de vista naturalista (cf. REA, 2000). Mas essa é talvez uma interpretação pouco caridosa do naturalismo.

A asserção de Sellars de que “a ciência é medida de todas as coisas, do que é e do que não é” (SELLAR, 1963, p. 173; trad. nossa) tem sido tomada como o mote do naturalismo ontológico e alvo da falácia do boneco de palha (por exemplo, no argumento de Rea). Se por um lado o mote é ilustrativo do tipo de orientação que os naturalistas têm para com ciência, de tomá-la seriamente, por outro pode induzir a apresentações caricaturais do naturalismo, por uma interpretação radical dos compromissos naturalistas.

É certo, porém, que existem formas de naturalismo ontológico que se propõem a projetos metafísicos bastante modestos, e que essa postura deflacionária decorra grandemente de seu comprometimento com as ciências. Kornblith (1998) ilustra esse tipo de posição. Segundo ele, a tarefa do metafísico naturalista é a de:

2 É no entanto preciso notar que o sobrenaturalismo é uma posição mais abrangente que o teísmo (uma compreensão que é proeminentemente ligada às religiões abraâmicas, embora não somente a elas), que é um de seus desdobramentos. O sobrenaturalismo envolve a ideia de haver poder causal de algo não natural sobre o domínio natural e assume formas variadas. Por exemplo, a crença em “fantasmas” é uma forma de sobrenaturalismo.

[E]xtrair as implicações metafísicas da ciência contemporânea [...] Uma metafísica que não tem compromissos tão ricos quanto aqueles de nossas melhores teorias científicas atuais, pede-nos para estreitar o escopo da nossa ontologia de um modo que não resistirá ao escrutínio. (KORNBLITH, 1998, p. 149)

Sucintamente, a proposta de Kornblith pode ser compreendida nos seguintes termos: a ontologia deve ser informada pelos resultados que as ciências nos fornecem. Uma ontologia que se furte a esta consideração sofrerá, inescapavelmente, de ser alternativa que pouco rivalize.

Esse tipo compreensão não é consensual entre os naturalistas e pode parecer insatisfatória a muitos deles. Isso se deve ao fato de que se, por um lado, os naturalistas desejam compartilhar com os cientistas uma imagem de mundo que seja compatível com uma visão desmistificada do ser humano e do conhecimento em geral, por outro, muitos deles não estão dispostos a abrir mão de um sentido robusto da investigação dos aspectos gerais da realidade – algo que pouco se assemelha ao proposto por naturalistas como Kornblith.

Uma compreensão adequada de posições como a Kornblith e também da origem dessa tensão, em termos contemporâneos, pode talvez ser encontrada nas aspirações programáticas da epistemologia naturalizada como concebida por Quine. Na perspectiva de Quine, a ideia de que possa haver uma fundamentação *ex cathedra* do conhecimento científico, como propuseram projetos tais como o cartesiano e os fenomenistas do positivismo lógico, deve ser abandonada. E se o naturalismo ontológico envolve uma compreensão cientificamente informada do mundo, ele também, alegadamente, não deveria ir além do suporte que possa encontrar nas ciências. Sua ontologia deveria ser circunscrita por esse suporte.

Lowe (2002) parece acidentalmente oferecer um diagnóstico dessa tensão. Para Lowe, segundo o entendemos, a epistemologia naturalista oferece uma restrição à metafísica tradicionalmente concebida (isto é, como algo universal, *a priori* e concernente à estrutura geral da realidade). O que estamos tentando mostrar é algo diferente, embora preserve algumas semelhanças. A nosso ver, o comprometimento do naturalismo ontológico com uma imagem de mundo cientificamente informada oferece uma restrição à investigação de objetos que não estejam afigurados nessa imagem. Assim, temos colateralmente que um filósofo que adote uma abordagem naturalista está abrindo mão de um trabalho metafísico que abrigue esses objetos, ao menos em princípio; pois existem abordagens naturalistas que procuram dar

conta desses objetos (cf. DECARO; MACARTHUR, 2010).

Faremos uma breve digressão expondo o argumento de Lowe.

Lowe aponta que a epistemologia naturalista situa a investigação acerca do conhecimento humano em geral – inclusive o “conhecimento metafísico” – como parte do empreendimento científico. Para ele, o que se seguiria disso é que também a metafísica deveria ser parte do empreendimento científico:

[Q]ualquer 'metafísica' alegada [segundo a epistemologia naturalista] deve ser pelo menos contínua com as ciências naturais em si, ou, mais apropriadamente, apenas uma parte delas. Assim, nessa visão, não existe questão que a metafísica é equipada para responder da qual não está devidamente no domínio de alguma das ciências naturais – ou da ciência fundamental, a Física –, ou das ciências especiais, se essas não forem em última instância redutíveis à Física" (LOWE, 2002, p. 6; trad. nossa).

Lowe critica a epistemologia naturalista pelas suspeitas desta quanto à metafísica tradicional. Segundo Lowe, a epistemologia naturalista supõe que qualquer conhecimento disponível ao ser humano deve ser compatível com sua condição de uma forma de vida cujas capacidades cognitivas foram “desenhadas” para lidar com o mundo hostil. Para Lowe, esse tipo de compreensão colocaria em xeque a ideia de que seres dotados de tais capacidades possam ter conhecimento da estrutura fundamental da realidade. Assim, as questões disponíveis à metafísica seriam circunscritas pelo domínio das ciências, em especial às naturais. Lowe diz que a epistemologia naturalista é inconsistente, porque suporia o conhecimento científico e, segundo ele, uma concepção inteiramente naturalizada e evolucionária dos seres humanos ameaça tanto a possibilidade do conhecimento metafísico, quanto do próprio conhecimento científico. Segundo ele, "é igualmente misterioso como uma criatura naturalmente evoluída poderia ter qualquer capacidade de adquirir conhecimento de assuntos arcanos, como a formação de estrelas e a estrutura do DNA" (LOWE, 2002, p. 6; trad. nossa). Lowe prossegue em seu argumento da seguinte maneira: se não dispormos de uma explicação de como o conhecimento científico é possível aos seres humanos não nos dá razão para negar a possibilidade mesma do conhecimento científico, da mesma forma não dispormos de uma explicação de como o conhecimento metafísico é possível aos seres humanos não nos dá razão para negar a possibilidade do conhecimento metafísico, como alegadamente fazem os naturalistas. Por fim, ele diz que a epistemologia naturalista tem uma dimensão metafísica que, se tomada a rigor, não seria compatível com seus próprios

compromissos.

Cremos que a crítica de Lowe é objetável em vários aspectos, mas que ela possui uma analogia entre o comprometimento do naturalismo com uma imagem de mundo cientificamente informada e a empreitada metafísica que lhe é disponível a partir desse compromisso. Quanto às insuficiências do argumento de Lowe, para nossos propósitos basta mencionar seu equívoco ao reportar de um pressuposto que ele atribui à epistemologia naturalizada (embora não seja marcadamente encontrada em Quine) de uma visão do ser humano fortemente influenciada pelo darwinismo, a uma conclusão metodológica de como a metafísica deve ser empreendida enquanto disciplina de um ponto de vista naturalista em geral. Não vemos como extrair a conclusão de Lowe que o reconhecimento do ser humano como objeto natural leve ao questionamento da empreitada metafísica ou como isso ameace ao próprio conhecimento científico.

Essa questão difere-se sensivelmente da restrição que o naturalismo ontológico sofre ao adotar uma imagem de mundo científica, que coloca o problema de qual deve ser a atitude do naturalista em relação a algo que não claramente encontre uma explicação com base em uma imagem de mundo cientificamente informada; se ele deve rejeitar, ou se deve de alguma maneira procurar incluir em sua ontologia, demonstrando que esse passo é ainda consistente em relação aos seus outros comprometimentos.

Entidades como formas platônicas, mentes cartesianas e ou o éter não geram grandes desacordos entre as formas mais comuns de naturalismo. Mas existe um desacordo substantivo, por exemplo, sobre qual deve ser a atitude do naturalista em relação a fenômenos que exibam normatividade. De Caro e Macathur (2010) chamam de problema da acomodação [*placement problem*] o problema de como acomodar o normativo no mundo natural (DECARO; MACATHUR, 2010, p. 2). Como eles notam, embora tenha uma enunciação ontológica, o problema também se coloca semanticamente – no sentido do problema se colocar em relação aos conceitos normativos – e também assume um análogo em relação a entidades abstratas, a intencionalidade, etc. O problema da acomodação relaciona-se fortemente com a noção de natural que subjaz ao naturalismo ontológico. Nesse sentido, é importante que essa noção seja elucidada, pois qualquer pretensa solução do problema deve tratar dela.

Na sessão seguinte, discutimos algumas noções de natural que são associadas ao naturalismo ontológico na literatura, avaliando em que medida elas nos oferecem elementos

para tratarmos do impasse gerado pela tensão entre comprometimentos do naturalismo e objetos que são recalcitrantes a eles.

1.2 ALGUMAS NOÇÕES DE NATURAL SUBJACENTES AO NATURALISMO ONTOLÓGICO

As noções de natural e natureza ocupam um significativo espaço na investigação filosófica. Reflexões sobre elas aparecem desde dos pré-socráticos até hoje, assumindo interpretações imensamente variadas. Hepburn (2005) sugere uma explicação acerca da persistência da questão e da variedade de interpretações. Segundo ele, “[A] história das ideias filosóficas acerca da natureza quase coincidem com a história da filosofia mesma. Sempre que uma filosofia é de todo sistemática, mesmo se é declaradamente antimetafísica, ela não pode evitar declarar, explícita ou implicitamente, alguma interpretação da natureza” (HEPBURN, 2005, p. 518; trad. nossa). A forma que as questões gerais assumem, de serem acerca da *natureza* de algo, pode não ser uma mera ocasionalidade. Não obstante possamos formulá-las sem apelo à noção de natureza (já que em alguns contextos pode conotar certo essencialismo), ela pode ser indicativa de que as questões ontológicas fundamentais usualmente relacionam-se com a noção de natureza ou natural.

Também o senso comum é profícuo no que diz respeito a elas, ora tomando-as como sinônimas, ora não. O natural opõe-se ao artificial e assume também o sentido de algo que não sofreu modificações, ou alguma coisa que está de acordo com estados ou disposições que são tomadas como fundamentais ou próprias de um objeto (que é de sua natureza que tal e tal coisa sejam o caso sob certas condições); assim diz-se que um suco é natural, quando é feito a partir da própria fruta e nada a ele é adicionado, e também que é natural sentir-se cansado após uma longa viagem, pois coisas tais como um grande deslocamento usualmente causam desgaste. Outras acepções do natural encontradas no senso comum remetem a conceitos tais como “espontâneo”, “genuíno”, “provável”, etc. Já a noção de natureza (na acepção relevante, usualmente, grifada com a inicial maiúscula) remete à generalização da ideia de objetos naturais, sendo formulada enquanto a totalidade de todas as coisas naturais.

Na filosofia (e também no senso comum), essas noções nos últimos séculos se tornaram gradativa e irremediavelmente ligadas a uma descrição advinda das ciências, sobretudo pela Física e pela Biologia, tornando-se esse um traço distintivo das abordagens

desses conceitos. Como nota Aune (2009) “o impacto das descobertas empíricas na classificação e identificação dos objetos naturais tem resultado em uma visão de natureza que é profundamente diferente daquela dos antigos, medievais e dos metafísicos racionalistas do século dezoito” (AUNE, 2009, p. 441-442; trad. nossa). O naturalismo representa uma dessas abordagens. As noções de natureza ou natural abrigadas pelo naturalismo baseiam-se em maior ou menor grau nos métodos e resultados das ciências.

Embora, em princípio, possamos supor que a dimensão ontológica do naturalismo tenha alguma autonomia em relação à metodológica, uma vez que a primeira trata de questões que poderíamos chamar de questões de constituição, e a segunda com questões de método, no que diz respeito à noção de natural, encontramos frequentemente na literatura uma forte vinculação da dimensão ontológica naturalismo à metodológica. Reconhecemos que a dimensão ontológica do naturalismo deve sofrer algum constrangimento dos métodos e resultados das ciências; pois de outro modo, no que consistiria propriamente seu “naturalismo”? O problema com as formulações mais comuns é que elas são demasiado restritivas e oneram o naturalismo, por exemplo, a comprometerem-se com que não são uniformemente aceitos pelas diversas formas de naturalismo; como que somente as ciências naturais devem ser tomadas como relevantes a qualquer ontologia naturalista, supondo usualmente o reducionismo ou o eliminativismo quanto a entidades “não naturais” ou quanto ao estatuto das ciências especiais.

Ao propormos de início concebermos o naturalismo ontológico como de um corpo de assunções de caráter geral que recorrentemente se baseiam nos resultados das ciências, procurávamos evitar algumas dificuldades com respeito à maneira que a categoria de natural é usualmente tratada na literatura (como veremos adiante). Mas como poder-se-ia desvincular do naturalismo a ideia mesma de natureza? Se isto é possível, talvez seja ao custo de tornar o conceito pouco intuitivo. Uma solução paliativa de modo de não abrir mão dessa noção é reconhecendo a variedade de orientações naturalistas (formas eliminativas, reducionistas, emergentistas), não onerando a proposição geral do naturalismo ontológico com comprometerem-se com que são de uma vertente específica. Uma vez que o reconhecimento dessas diferentes orientações talvez já baste para evitar alguns problemas que se colocam na inobservância desse aspecto. Uma parte complementar a esse propósito é também a de propor uma articulação não restritiva do naturalismo ontológico no que diz respeito ao natural.

O tipo de crítica que mencionamos pode ser feita à formulação de Schmitt (2009), já

que ela expressa uma compreensão bastante limitada da ideia de natural subjacente ao naturalismo ontológico, como vemos:

O naturalismo ontológico é a visão (...) que somente objetos, tipos e propriedades naturais são reais (...). Uma vez que o naturalismo ontológico é suportado pelo sucesso das ciências naturais, e o sucesso é o sucesso em reconhecer o que é real, seria melhor definir "natural" como "o que é reconhecido pelas ciências naturais". (SCHMITT, 2009, p. 435; trad. nossa)

Não vemos razão para supor que o naturalismo ontológico *tout court* deva reconhecer como naturais apenas os tipos de entidades que as ciências naturais prescrevem. Se por um lado algumas formas de naturalismo implicam esse tipo de consequência (como, por exemplo, o que Gasparatou (2008) chama de naturalismo duro (*hard naturalism*), uma forma de naturalismo que toma o natural como equivalendo ao físico, material ou cientificamente explicável, que implica que tudo que existe deve ser estudado pela Física; por outro, isso não se sustenta para diversas outras formas. Kornblith (1998) que subscreve a uma forma austera de naturalismo ontológico e metodológico, não adota uma postura reducionista, por exemplo, quanto ao estatuto dos fenômenos mentais e do vocabulário psicológico comum.

A enunciação do naturalismo ontológico ligado à noção de natural assume implicações diversas. Inwagen (2008), por exemplo, crê que são decorrências do naturalismo entendido como a visão de que não existe nada além do natural ou que tudo que existe é natural que:

- (i) “Natureza” segundo essa acepção é um outro nome para cosmos (ou universo físico);
- (ii) O cosmos é a soma total de todas as coisas físicas;
- (iii) O naturalismo é a tese de que todas as coisas são físicas.

Já Lancey (2005) extrai, a partir da mesma formulação do naturalismo, que:

- (ia) Tudo que existe pode ser estudado pelos métodos de estudo do mundo natural;
- (iia) Aparentes exceções devem ser de alguma maneira explicadas.

Post (1999) formula o naturalismo ontológico de uma maneira um pouco distinta, mas que preserva algumas semelhanças com as demais. Segundo ele, o naturalismo é a visão de que tudo é composto de entidades naturais e que:

- (ib) Entidades naturais são aquelas estudadas nas ciências (em algumas formulações, apenas as ciências naturais);
- (iib) As propriedades das entidades naturais determinam as propriedades de todas as coisas.

A formulação de Inwagen (2008) equivale o natural ou natureza ao mundo físico e exhibe a forma do naturalismo duro, além de presumivelmente assumir que o naturalismo deva tomar em especial a Física como um vocabulário privilegiado para falar sobre o que existe. As formulações de Lancey e Post deslocam a noção de natural para os objetos de estudo do mundo natural.

A formulação de Lancey (2005) não explicita quais são os métodos de estudo do mundo natural. Portanto, pode ser interpretada como deixando em aberto se o naturalismo deva pressupor o reducionismo ou não quanto ao estatuto das ciências especiais. A noção de natural aparece também na dimensão metodológica do naturalismo, através da ideia do emprego de “métodos naturais”, sendo que o “natural” nesse sentido quer dizer “empírico”, ou num sentido mais amplo a rejeição de métodos *a priori*. Se tomamos o natural nesse sentido, não temos dificuldade em falar que ciências como Psicologia, Sociologia e História empregam métodos naturais e a questão da redução não se coloca. É preciso no entanto pontuar que esse uso – embora lícito no contexto da argumentação – não é consensualmente aceito, já que a ideia do uso de métodos naturais está comumente ligado às ciências duras (*hard sciences*), como a Química, Física e Biologia.

Já a formulação de Post (1999) deixa claro que algumas formulações do naturalismo ontológico podem não pressupor apenas as ciências naturais como contribuindo ao que o naturalista deve abrigar em sua ontologia. A formulação de Post é mais satisfatória do que a de Schmitt (2009) precisamente por não supor a univocidade do natural para as diferentes formas de naturalismo.

Algo importante de se notar é que as três formulações oferecem também necessariamente um critério negativo, isto é, sobre o que não há. Está excluído do âmbito do naturalismo como formulado em (i)-(iii) quaisquer coisas não físicas; de (ia)-(iia), que algo tenha realidade e não possa ser estudado por métodos naturais (qualquer coisa que aparentemente não encontre suporte naqueles métodos e é aceita naquela ontologia deve oferecer uma explicação do porquê que isto é assim). A última formulação tem suas

particularidades, pois formula seu critério em termos de que tudo que existe seja composto por entidades naturais. O que ela exclui de antemão é que exista algo que seja composto por entidades não naturais. Entidades não naturais podem ser tomadas, nesse sentido, como aquelas que não podem ser estudadas pelas ciências. Semelhantemente a (ia)-(iia), o que aparentemente não for constituído por entidades naturais (como as entidades abstratas) e que seja aceito nessa ontologia deve contar com uma explicação do porquê que isto é assim, Post (1999) vincula essa explicação a uma construção que seja tolerável pelas ciências.

1.2.1 O NATURAL E O SOBRENATURALISMO

Como vimos, a dimensão ontológica do naturalismo sofre a influência de seus comprometimentos com as ciências e é isto que em parte explica a oposição ao sobrenaturalismo, que lhe é uma impossibilidade metodológica.

Os tipos de entidades postuladas pelo sobrenaturalismo não podem ser conciliáveis com o naturalismo pois o naturalismo rejeita qualquer coisa que seja adicionada ao natural ou esteja para além dele; e o natural, como é tomado nas várias formulações, é entendido como o físico, o estudado pelas ciências, etc., o que é em princípio incompatível com o estatuto daquelas supostas entidades.

No entanto, como nota Campbell (2005), o naturalismo não é incompatível com qualquer forma de religiosidade. Pois uma decorrência da exclusão do naturalismo de quaisquer coisas que estejam para além da natureza, que é formas de panteísmo, como o de Spinoza, que identificam Deus com a natureza, ou certas de formas de budismo que não têm nenhum apelo sobrenaturalista, são compatíveis com o naturalismo. Griffin (2000) conhecidamente tenta conciliar o naturalismo e religião numa mesma visão de mundo. Para isso, vale-se de algumas ideias da teologia do processo de Whitehead (cf. GRIFFIN, 2010), que rejeita o sobrenaturalismo em religião, e do o materialismo em ciência (cf. DILLEY, 2001).

1.2.2 CRÍTICAS ÀS NOÇÕES DE NATURAL

Os sentidos ora analisados que o 'natural' assume parece-nos ainda insatisfatórios. Uma crítica que pode ser feita a eles é a de que, tomados a rigor, não oferecem uma

caracterização viável para a noção de natural que a torne operacionalizável, de maneira que pudesse ser tomada pelo menos como um requisito mínimo de uma posição naturalista.

Formular a ontologia disponível ao naturalista em termos do que a Física reconhece como natural ou o natural como aquilo que pode ser estudado pelos métodos naturais nos parece uma simplificação exagerada. Denota uma incompreensão ou negligência da variedade de orientações (metodológicas) que podem ser encontradas no naturalismo. Além disso, parece projetar certa imagem da ciência que se não a toma, em seus métodos e resultado, como pronta e acabada, pelo menos pressupõe, em alguma medida, a não contenciosidade de suas implicações.

Não há entre os naturalistas uma postura epistêmica unívoca em relação a como o naturalismo deve apropriar-se no plano ontológico dos métodos e resultados das ciências, de quais ciências devam ser essas e quanto ao estatuto das entidades postuladas na teorização científica. É preciso notar também que não existe uma postura epistêmica unívoca entre os cientistas de um determinado domínio de estudo acerca dos resultados implicados pelas teorias daquele dado domínio, bem como acerca dos próprios métodos. E o que é reconhecido como um resultado ou método varia de tempo em tempo, sendo condicionado a constrições instrumentais, conceituais e compromissos metodológicos mais amplos³.

No que concerne à sugestão de que a Física circunscreve o domínio do que existe ou que é real, se a radicalizamos, temos que a ontologia deve ser então um assunto para os físicos, não para filósofos. De modo análogo ao que observa Rooney (1998), se tomamos a rigor a epistemologia naturalizada sendo entendida, como coloca Stroud (1985): “o estudo científico da percepção, aprendizagem, pensamento [...] [Numa palavra] tudo que podemos descobrir cientificamente acerca de como chegamos a conhecer o que conhecemos” (STROUD, 1985, p.71; trad. nossa) a epistemologia é um assunto para cientistas e não para filósofos.

O que há de semelhante nesses dois raciocínios é que são conclusões que apontam para um esvaziamento de qualquer trabalho filosófico significativo se levamos adiante certas compreensões associadas ao naturalismo.

Algumas formas de naturalismo de fato abrigam alguns traços presentes nessas

3 Exemplos fornecidos por Kuhn (2005) da história da ciência como o da “descoberta do oxigênio”, que só é totalmente inteligível se notados os desenvolvimentos conceituais e experimentais que a tornaram possível, apontam que “resultados” e também “métodos” não são coisas dadas (como, às vezes, enganosamente é sugerido por algumas formulações do naturalismo).

compreensões, por exemplo, o eliminativismo de Quine (1969) quanto ao trabalho tradicional da epistemologia, pela sua defesa de que as questões epistemológicas encontram solução nos métodos e resultados das ciências, e que a epistemologia deva ser ela mesma parte das ciências, como resume Goldman (1999): “a epistemologia é um campo das ciências. Os enunciados da epistemologia são um subconjunto dos enunciados da ciência e o método adequado de fazer epistemologia é o método empírico da ciência” (GOLDMAN, 1999, p. 2; trad. nossa). Cremos, contudo, que é um engano tomar o naturalismo em geral em termos de suas versões mais radicais, como é o caso da versão de Quine, pois assim temos uma apresentação tendenciosa do naturalismo que levanta problemas, como a acusação de cientificismo⁴, que talvez não se colocassem numa consideração mais abrangente.

No que diz respeito à ideia de que “a ontologia deve ser um assunto para os físicos”, não encontramos nem mesmo entre naturalistas mais extremos tal tipo de articulação. Mas encontramos apelos como o de Kornblith (1998) de que não existe “rota extracientífica para o naturalismo”, o que significa que o naturalismo (que mereça essa nome) não pode furtar-se à consideração dos métodos e resultados das ciências para informar sua ontologia (e epistemologia).

Mas posições como a de Kornblith, se tomadas sem maiores qualificações, encontram um série de dificuldades. Questões que se colocam incluem, por exemplo, a de que dada a variedade teorias físicas, biológicas, psicológicas (de modo que mesmo um especialista tem um conhecimento bastante parcial delas) que as ciências atualmente nos fornecem, quais o naturalista deve levar em conta? Quais devem ser os critérios acerca da anterioridade de uma ciência em relação a outra? Essas questões não encontram uma resposta simples. Rooney (1998), numa crítica às epistemologias naturalistas, faz uma observação análoga a alguns aspectos aqui mencionados, mas no que diz respeito à maneira de como os resultados empíricos, em especial, das ciências cognitivas, devem informar o trabalho epistemológico naturalista:

[A]lém do lembrete não trivial de que os "resultados" das ciências não são de modo necessário inequivocamente autoanunciados – isto é, além das diferentes interpretações e apropriações filosóficas e científicas –, outras questões críticas podem ser levantadas neste ponto. Dos resultados potencialmente inumeráveis produzidos por todas as várias ciências cognitivas, como podemos selecionar aqueles que achamos epistemicamente significantes a uma epistemologia que é parte ou um aliado próximo da ciência? O que exatamente devemos fazer com esses

4 A sessão 2 oferece uma discussão desse tópico.

resultados, uma vez que os obtemos? (ROONEY, 1998, p. 288; trad. nossa)

Ao reportamos as questões de Rooney *mutatis mutandis* a uma forma de naturalismo como o naturalismo duro, segundo o qual tudo é físico, material ou cientificamente explicável (uma forma de naturalismo que é compatível com uma visão do natural como aquilo a Física reconhece enquanto tal e do natural como o que pode ser estudado por métodos científicos) podemos presumir que essa forma de naturalismo tenha dificuldades de responder àquelas questões – como possivelmente também a de Kornblith (1998) e Quine (1969).

Essa conclusão parece-nos falar em favor de uma insuficiência de tomarmos o natural estritamente nessas duas acepções. Quanto à primeira, temos que, em termos práticos, o que é reconhecido como “físico” ou “material” para Física não é algo pacificamente estabelecido, pois existem inúmeras teorias e interpretações variadas de seus resultados. Quanto à segunda acepção do 'natural', embora preserve uma matiz importante do termo que é encontrada também no senso comum, parece deixar de capturar outras matizes importantes do termo, de modo que talvez uma reformulação dessa última nos forneça uma noção de natural mais abrangente, que a torne aceitável para diversas formas de naturalismo.

Ainda quanto à ideia do natural em termos do que a Física assim reconhece, dois raciocínios têm sido utilizados para apoiá-la. Um é de que a noção de coisas físicas ou materiais que o naturalismo toma da Física é apenas uma abstração das teorias físicas contemporâneas (cf. SCHMITT, 2009). A outra é de que as teorias físicas do futuro ou as teorias físicas idealmente completas nos fornecem um quadro mais preciso acerca do que existe, e nesse sentido, são boas apostas para o mapeamento do natural ou real. Audi (1996) apresenta o último tipo de compreensão da seguinte maneira: “nós não podemos saber *a priori*, por exemplo, que a irreducibilidade das explicações mentalísticas não irão em última instância ser parte do que as pessoas a quem chamamos físicos irão considerar sua melhor abordagem global da realidade” (AUDI, 1996, p. 373; trad. nossa). Também Papineau, através da ideia do fechamento causal da Física (*causal closure of physics*):

A tese do fechamento causal promete mostrar que entidades *prima facie* não Físicas são na verdade Físicas. Se isso está correto, então nos podemos esperar que resultados científicos específicos iluminem muitos temas familiares da investigação filosófica. Na medida em que categorias filosoficamente interessantes são fisicamente constituídas, nós podemos procurar na investigação científica sua natureza Física subjacente. (PAPINEAU, 2009, p. 60)

No que diz respeito ao primeiro tipo de raciocínio, encontramos problemas semelhantes em termos metodológicos às observações que fizemos anteriormente; pois, dadas as amplas contendas acerca das teorias Físicas contemporâneas, como pacificamente se supõe que o naturalista possa extrair delas o que há de substantivo ou essencial em uma “idealização”? Esse tipo de suposição paradoxalmente contrasta com a inclinação epistemológica do naturalismo de que “não existe uma doca seca” (cf. NEURATH, 1959, p. 201) ou de que “não existe um exílio cósmico” (cf. QUINE, 1960, p. 275), como se a partir de um ponto de vista exterior o filósofo naturalista pudesse ter uma imagem privilegiada das ciências.

Uma outra questão é a de que o sentido ao qual filósofos, em geral, remetem quando falam do físico ou do material, pode não ser inteiramente o mesmo das teorias contemporâneas. Como nota De Caro (2010):

Hoje, os físicos estimam que o percentual de matéria no universo, comparado à assim chamada "matéria escura", é surpreendentemente pequeno. Além do mais, poucas das clássicas intuições relacionadas ao conceito de matéria têm sobrevivido à mudança radical dos paradigmas físicos que aconteceu na primeira metade do século XX. Consequentemente, quando filósofos contemporâneos empregam o termo "matéria", eles usam, ou deveriam usar, em um novo sentido, que é muito frouxamente relacionado com o velho sentido; previsivelmente, no entanto, algumas das intuições antigas ainda se escondem no pano de fundo, às vezes gerando confusão. (DECARO, 2010, p. 365-366; grifo nosso; trad. nossa)

Quanto à observação de De Caro (2010), defendemos que os filósofos naturalistas hoje quando falam da ideia de físico ou material são de um modo ou de outro conscientes de que as mudanças ocorridas na Física no século XX fizeram com que a noção de material ganhasse novas significações, distintas das encontradas na tradição filosófica representada por nomes como Demócrito, Lucrecio, Hobbes, etc, distinguindo-se também das heranças da Física Moderna.

Assim, de que maneira podemos interpretar a constatação de que o entendimento tradicional do conceito de material ou do físico ainda seja com frequência encontrado entre os naturalistas mesmo diante de um novo quadro teórico disponível?

Parece ser demasiado exigente que, para alguém ser um naturalista com respeito a assuntos ontológicos, deva ter um vasto conhecimento das teorias físicas contemporâneas. Por outro lado, a posição naturalista, assim articulada, sustenta-se consistentemente apenas se de

alguma maneira de fato recorre aos métodos e resultados das ciências. Qual deve ser então nossa atitude em relação a esse impasse? Existe algum tipo de critério que possamos aplicar para atestar que um naturalista suficientemente informa sua ontologia, para que possamos reconhecer nele essa designação?

O que queremos apontar com isso é que a atrelar a noção de natural ao desenvolvimentos da Física cria mais dificuldades do que soluções. Que os filósofos naturalistas valham-se de uma noção de natural que é ainda de uma maneira significativa arraigada na tradição e não às noções que tomam os físicos em suas práticas cotidianas, demonstra não apenas que é possível tratar do natural sem que o vínculo com as teorias contemporâneas seja prioritário, mas também que essa vinculação não é nem mesmo necessária para que falemos naturalisticamente dessa noção. De modo que é talvez mais útil ao naturalista compor uma noção de natural que é dada intuitivamente no senso comum, que o por fim é o lar de uma significativa parcela dos conceitos filosóficos. Já que podemos nos questionar: em que medida um apelo a uma noção de natural veementemente ligada aos métodos e resultados da Física faz com que ganhem em termos de virtudes epistêmicas tais como simplicidade, poder explicativo, entre outras, do que a noção de coisas físicas, materiais ou naturais que temos no senso comum?

Por outro lado, se nos comprometemos com o senso comum e não com as ciências (aqui relevantemente a Física), somos ainda naturalistas? Essa questão é pertinente, pois aponta a uma característica fundamental do naturalismo: a ideia de continuidade com as ciências e as implicações que disto decorrem. Reconhecemos que os resultados científicos podem ter uma contribuição para as questões filosóficas e que nessa intuição o trabalho naturalista seja inspirado.

Acerca da relevância da apropriação dos resultados da ciência para o naturalismo, Gasser e Stephan (2007) mencionam, por exemplo, que a elucidação do fenômeno das valências químicas sob a luz da mecânica quântica fez com que a ideia de “propriedades químicas” fosse abandonada, tornando-se o fenômeno das valências explicável em termos daquela teoria, tendo como consequência a rejeição da hipótese da existência de propriedades químicas emergentes. Isso ilustra como as ciências podem oferecer uma elucidação a questões filosóficas fundamentais como a da natureza das propriedades.

O segundo tipo de raciocínio que é utilizado para defender o natural como aquilo reconhecido pela Física baseia-se grandemente na promessa de que as teorias futuras ou

completas irão trazer uma elucidação a questões filosóficas fundamentais, fazem o passo indutivo de dizer que a Física se mostrará o vocabulário mais adequado para uma descrição do real. O que é objetável nessa articulação é também pressupor uma postura epistêmica unívoca entre os naturalistas em relação às apropriações da ciência. Alguém pode ser um naturalista prescindido de endossar à sugestão de que as ciências algum dia chegarão a um retrato preciso do que é real. Ou ainda, um naturalista pode subscrever a esse entendimento, sem contudo, supor que a Física seja o vocabulário mais adequado para tanto.

Diante dessas observações, ao retornarmos à questão de qual possa ser uma melhor caracterização do natural, sugerimos que a noção do natural como aquilo que é estudado pelas ciências (não estritamente as naturais), adicionado a certas compreensões do natural encontradas no senso comum, pode fornecer-nos instrumentos para uma formulação do natural que não onere o naturalismo com conclusões reducionistas, eliminativas e cientificistas. Essas conclusões são compatíveis com algumas versões de naturalismo, mas isso não é verdadeiro para inúmeras outras. Ao propormos essa articulação, pretendemos dar espaço para as diferentes possibilidades que as filosofias naturalistas assumem. O compromisso com o senso comum não nos aliena de todo de certa imagem de mundo baseadas nas ciências, dado que o senso comum tornou-se impregnado de conceitos que preservam sentidos originalmente propostos no âmbito teórico, e assim falamos cotidianamente de “aceleração”, “movimento”, “força”, “energia”, “herança”, “seleção”, etc. Se alguém não está disposto a adotar uma noção de natural que não esteja de modo nenhum vinculada às ciências, esse pode ser um argumento colabore para a aceitação da proposta. Pois assim, preservamos o compromisso com uma noção de natural que se baseia nas ciências, ainda que mitigada, e que preserva importantes aspectos da caracterização do naturalismo em termos gerais, como a rejeição do sobrenaturalismo, através da ideia de que corresponde também (mas não apenas) ao que é estudado pelas ciência.

Levar o comprometimento metodológico com as ciências às última consequências tem se mostrado insatisfatório, pois, ou levam a uma caracterização caricatural do naturalismo, ou não deixa qualquer espaço para qualquer filosofia construtiva (como sugerimos, se as premissas do naturalismo ontológico e metodológico são radicalizadas, a ontologia e epistemologia são assunto para cientistas), ou mostra por fim, que o naturalista jamais é capaz de levar esses mesmos compromissos adiante, pois é impraticável que ele tenha um conhecimento amplo dos diferentes resultados e implicações das várias teorias, fornecidas

pelas várias ciências que se mostre pertinentes ao seu trabalho. Ao sugerirmos compreender o natural como estando fundamentado ao menos em parte no senso comum, pretendemos fazer senso do trabalho real do filósofo naturalista, que recorre aos resultados das ciências, sendo consciente das múltiplas implicações possíveis deles e partir disso, no seu trabalho formula e articula questões valendo-se de um vocabulário composto por conceitos que não são eles mesmos inteiramente empíricos, mas que encontram sua origem precisamente no senso comum.

Na sessão seguinte, discutimos o problema do cientificismo, a acusação de que o naturalismo baseia-se numa confiança ingênua ou irresponsável nos métodos e resultados da ciência ao torná-las a única via disponível para qualquer ontologia ou epistemologia possíveis. Defendemos que essa acusação decorre uma caracterização simplista do naturalismo (que semelhantemente ao problema das noções usuais do natural) ao privilegiar as formas radicais, em detrimento de uma apresentação que abrigue as diversas orientações naturalistas.

2.0 O PROBLEMA DO CIENTIFISISMO

O naturalismo em sua dimensão tanto ontológica quanto metodológica frequentemente tem sido associado ao cientificismo ou cientismo [*scientism*]. Sendo que frequentemente assume uma conotação pejorativa. Assim, o cientificismo é caracterizado uma confiança total ou acrítica nos métodos resultados das ciências. O termo “cientificismo” é às vezes utilizado de modo pouco rigoroso para fazer referência ao positivismo de Comte e também a ideias ligadas ao Círculo de Viena, também invariavelmente em uma acepção pejorativa. Cremos que esse uso do termo é inapropriado pois, embora cada um desses projetos envolvam formas que poderíamos qualificar como cientificistas, no sentido acima mencionado, isso não é verdadeiro para outras variantes delas, mais moderadas ou fracas. Esse uso também é objetável por atribuir uma mesma designação a projetos filosóficos significativamente distintos em termos de suas motivações, objetivos e pressupostos.

Porém nem sempre é assim, Rosemberg (1996), por exemplo, toma o cientificismo como uma tese que é vinculada ao naturalismo enquanto uma posição geral em filosofia⁵, mas

5 Rosemberg (1996) inclui também o repúdio à filosofia primeira, o darwnismo e a progressividade, sendo que o último se restringe ao naturalismo enquanto uma posição em Filosofia da Ciência. Abrantes (2004) também inclui o cientificismo enquanto um elemento que constitui ou está envolvido nos programas naturalistas em epistemologia, juntamente com o externismo (quanto a justificação epistêmica), o psicologismo, o monismo metodológico, rejeição do fundacionismo e apriorismo.

não imputa a ele uma conotação depreciativa. Sua formulação do cientificismo parece ser uma outra maneira de apresentar a dimensão metodológica do naturalismo, segundo a qual: “as ciências – da Física a Psicologia e mesmo eventualmente a Sociologia, [em] seus métodos e resultados – devem ser o guia para epistemologia e metafísica” (ROSEMBERG, 1996, p. 4; trad. nossa).

A formulação de Rosermberg expressa em outros termos a ideia da continuidade com as ciências, e transparece uma visão não redutiva e não eliminativa quanto ao estatuto de ciências como a Sociologia, embora ainda reserve uma posição privilegiada à Física. Essa formulação exemplifica o que Gasser e Stephan (2007) equivalem a uma forma de cientificismo (moderada), o naturalismo conciliatório. Ou nos termos de Stroud (2004), o naturalismo aberto ou expansivo [*open-minded naturalism* ou *expansive naturalism*], que afirma que “devemos aceitar tudo que nos vemos comprometidos para a contabilização do que concordamos e queremos explicar” (STROUD, 2004, p. 34; trad. nossa), assim, como notam Gasser e Stephan, essa forma de naturalismo exclui que somente as ciências naturais devam ser consideradas. Porém Stoud critica a possibilidade dessa forma de naturalismo, pois segundo ele, ela é apenas um slogan antissobrenaturalista que visa atrair adeptos, Gasser e Stephan dizem que o naturalismo conciliatório é pouco promissor por ser demasiado liberal.

Existem também outros usos do termo “cientificismo” que remetem a origens mais distantes que as filosofias do final do século XIX e início do XX. Voegelin (1948) identifica o surgimento do cientificismo a meados da segunda metade do século XVI, que foi acompanhado do nascimento da Física e Matemática Modernas, tornando-se cada vez mais prominente, o que para Voegelin culminou no século XIX na rejeição de questões metafísicas tanto de Comte a Marx. Voegelin caracteriza o cientificismo como constituído de três dogmas:

- (1) A assunção de que as ciências matematizadas dos fenômenos naturais [ciências naturais] são um modelo de ciência do qual todas outras ciências devem se conformar;
- (2) Todas as dimensões do ser são acessíveis aos métodos das ciências [naturais];
- (3) Toda realidade que não é acessível as ciências [naturais] ou é irrelevante, ou ilusória.

Vemos que a formulação de Voegelin do cientificismo se assemelha grandemente com a proposição de formas austeras de naturalismo. Por exemplo (1)-(3) denota o tipo de naturalismo que tratamos em sessões anteriores, formas de naturalismo que tomam

exclusivamente as ciências naturais como relevantes para a ontologia naturalista, usualmente tendo como pano de fundo um reducionismo quanto as ciências especiais e quaisquer entidades não sejam obviamente “naturais”, no sentido não serem diretamente assimiláveis nos termos do vocabulário das ciências naturais ou não encontrarem apoio nos métodos e resultados daquelas ciências. Notemos ainda que (2) se assemelha a um dos pressupostos das formas de naturalismo apresentadas por Lancey (2005) e Post (1999), que entendem o natural ou real como aquilo que é objeto de estudo das ciências. Embora Lancey deixe em aberto se são apenas as ciências naturais que devem ser levadas em consideração, e Post fale em termos “entidades naturais” e não do real ou natural em si mesmo. Embora possamos presumir que a formulação de Post seja mais abrangente e inclua também “eventos naturais”, sendo esta uma decorrência metodológica de sua formulação do naturalismo, uma vez que pensamos no critério negativo, *sobre o que não há*, “eventos não naturais” também devem estar excluídos, portanto coisas como milagres estão excluídas dessa ontologia.

O que é relevante notar é que as formulações mais usuais do naturalismo o encaminham ao cientificismo. As formulações que encontramos na literatura do cientificismo, às vezes, são pouco distinguíveis de algumas formulações do naturalismo ontológico e metodológico. Veja-se por exemplo, o que Giedymin (1972) chama de Princípio da Unidade de Método, segundo o qual, o que há de comum entre os diferentes tipos de orientações metodológicas naturalistas é: “a alegação que os métodos das ciências naturais é o único método legítimo ou apropriado a ser usado na tentativa de adquirir qualquer tipo de conhecimento” (GIEDYMIN, 1972, p. 45; trad. nossa). Moser e Yandell (2000), chamam de “cerne cientificista” o monismo ontológico e metodológico, resultante do estabelecimento as ciências (naturais) como o padrão único [*single standard*] para metafísica e epistemologia genuínas, sendo decorrente da junção das assunções centrais do naturalismo ontológico e metodológico:

Cerne do naturalismo ontológico: toda entidade real ou consiste ou é de alguma maneira ontologicamente fundada em objetos afigurados por ciências empíricas hipoteticamente completas (isto é, os objetos de uma ontologia natural).

Cerne do naturalismo metodológico: todo método legítimo de aquisição de conhecimento consiste ou fundamenta-se nos métodos hipoteticamente completos das ciências empíricas (isto é, em métodos naturais). (MOSER; YANDELL, 2000, p. 10; grifos dos autores; trad. nossa)

Notemos que o Princípio da Unidade de Método formulado por Giedymin (1972)

assemelha-se grandemente ao que Moser e Yandell (2000) atribuem como o que há fundamental no naturalismo metodológico, que por sua vez, adicionado à formulação ontológica resultam no cientificismo. A formulação de Rosemberg (1996), que como sugerimos, pode ser interpretada como um outro modo de apresentar dimensão metodológica do naturalismo, e também tem semelhanças com a formulação dos autores. Contudo Rosemberg tem uma formulação mais flexível, de modo que não afirma que qualquer conhecimento fundamenta-se nos métodos das ciências naturais, nem exclui as ciências especiais. Mas o traço apontado por Moser e Yandell de que a epistemologia e metafísica devem depender das ciências (em termos de métodos ou resultados) é encontrada também em Rosemberg.

Glock (2008) também apresenta uma formulação que se aproxima em alguns pontos a de Giedymin, e a de Moser e Yandell. E em um uso bastante peculiar ele equivale o naturalismo epistemológico ao cientificismo, nos seguintes termos: “o naturalismo epistemológico nada mais é que o cientificismo: ele insiste que não há conhecimento genuíno fora das ciências naturais” (GLOCK, p. 138, 2008; trad. nossa). Defendemos que a formulação de Glock é inadequada. O naturalismo epistemológico tem ao menos duas dimensões: a de um projeto em epistemologia (como a epistemologia naturalizada) e a das teses naturalistas acerca de conceitos epistêmicos (por exemplo, a noção confiabilista justificadora epistêmica). Glock parece confundir o naturalismo epistêmico, sobretudo no primeiro sentido, com uma forte assunção metodológica.

No que diz respeito à proposta de Giedymin (1972) de seu Princípio da Unidade do Método, embora em um primeiro momento, ele pareça denotar um tipo de compromisso metodológico forte que leve a conclusões científicas como as que Glock atribui ao naturalismo epistemológico em geral, vemos que o autor previne esse tipo de conclusão. Ele nota que o princípio é permeado por ambiguidades. E portanto, tomado sem maiores qualificações trata-se de uma simplificação do tipo de empreendimento o qual os naturalistas estão usualmente engajados. Mas o que é talvez mais significativo é que a referência no princípio ao “métodos das ciências naturais” pode levar a falsa sugestão de que existe um consenso entre os naturalistas do que sejam os métodos naturais, como ele aponta:

[A] referência no Princípio ao "método das ciências naturais" é enganoso por erroneamente sugerir que exista um padrão positivo comum dos métodos das ciências naturais compartilhado por todos os naturalistas e de alguma maneira acessíveis a

inspeção no caso de dúvida ou disputa. (GIEDYMIN, 1972, p. 46; trad. nossa)

As observações do autor são fortuitas, pois também apontam que determinadas assunções associadas ao naturalismo – que são utilizadas para falar contra à razoabilidade do naturalismo enquanto uma posição filosófica aceitável – se analisadas em pormenor não se sustentam pois não fazem justiça à variedade de orientações que são englobadas pelo naturalismo. Não obstante reiteramos, que algumas críticas gerais levantadas contra o naturalismo sustentam-se para diversas formas, sob diferentes aspectos. Versões mais extremadas de naturalismo são mais suscetíveis a críticas como a do cientificismo (ou a de não oferecem uma abordagem satisfatória de conceitos normativos, entidades abstratas, etc), enquanto as mais fracas enfrentam o problema de explicar em que medida merecem ser chamadas de naturalistas, se não estão dispostas a assentir a importantes compromissos que caracterizam o naturalismo.

CONCLUSÃO

Procuramos no trabalho apresentar as diversas acepções que o naturalismo ontológico assume, o de uma visão de mundo, a de um critério ontológico, e a de um híbrido entre compromissos ontológicos e metodológicos. Mostramos também que a formulação do natural, em termos do que a Física assim reconhece, cria dificuldades ao naturalista; naturalismo pode assumir uma compreensão de natural que dê lugar numa ontologia objetos de interesse teórico, que de outro modo não podem ser acomodados em uma ontologia naturalista, sugerimos uma noção de natural que se baseie em parte no senso comum, e em parte, nos métodos científicos geram menos dificuldades ao naturalismo. As críticas de que o naturalismo é projeto cientificista, eliminativo e autodestrutivo de fato se colocam de modo apropriado a algumas formas, sobretudo as austeras, mas é preciso notar que o quadro geral das formas de naturalismo é imensamente diverso, e que essas críticas seriam totalmente bem sucedidas apenas se conseguissem se colocar de modo geral as diversas formas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, P. Naturalismo em Filosofia da Mente. In: FERREIRA, A; GONZALEZ, M.; COELHO, J. (eds). *Encontro com as Ciências Cognitivas*, (4), 2004, p. 5-37.
- AUDI, R. (1996) Naturalism. In: BORCHERT, D. (ed). *The Encyclopedia of Philosophy Supplement*. USA: Macmillan Reference, 1996, p. 372-374.
- AUNE, B. Nature. In: KIM, J.; SOSA, E.; ROSENKRANTZ, G. (eds). *A Companion To Metaphysics*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2009, p. 441-442.
- CAMPBELL, K. Naturalism. In: BORCHERT, D. (ed). *Encyclopedia of Philosophy*. 2. ed. Detroit: Macmillan Reference, 2005, p. 492-495.
- DE CARO; MACARTHUR, D. Introduction: The Nature of Naturalism. In: DE CARO; M. MACARTHUR, D. (eds.) *Naturalism In Question*. Cambridge: Harvard University Press, 2004, p. 1-17.
- _____. Intoduction: Science, Naturalism, and the Problem of Normativity. In: _____. *Naturalism and Normativity*. New York: Columbia University Press, 2010, p. 1-19.
- DILLEY, F. David Ray Griffin, Religion and Scientific Naturalism: Overcoming the Conflicts (SUNY Series in Constructive Postmodern Thought). *International Journal for Philosophy of Religion*, 49, (3), 2001, p. 197-200.
- DUTRA, L. H. A. *Introdução à Teoria da Ciência*. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- FALES, E. Naturalism and Physicalism. In: MARTIN, M. (ed). *The Cambridge Companion to Atheism*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 118-134.
- FORREST, B. Methodological Naturalism and Philosophical Naturalism: Clarifying the Connection. *Philo*, 3, (2), 2000, p. 7-29.
- GASPARATOU, R. Hard Naturalism and its Puzzles. In: HIEKE, A; LEITGEB, H. (eds). *Papers of the 31st International Wittgenstein Symposium*. Kirchberg am Wechsel: ALWS, 2008, p. 117-118.
- GASSER, G.; STEFAN, M. "The Heavy Burden of Proof for Ontological Naturalism". In: GASSER, G. (ed). *How Successful is Naturalism?* Heusenstamm: Ontos Verlag, 2007, p. 159-181.
- GIEDYMIN, J. Quine's Philosophical Naturalism. *The British Journal for the Philosophy of Science*, 23, (1), p. 45-55.
- GLOCK, H. *What is Analytic Philosophy?* Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- GODFREY-SMITH, P. *Theory and Reality : An Introduction to the Philosophy of Science*.

- Chicago: The University of Chicago, 2003.
- GOLDMAN, A. A Priori Warrant and Naturalistic Epistemology. *Philosophical Perspectives*, 33, (13), 1999, p. 1-28.
- GRIFFIN, D. *Religion and Scientific Naturalism: Overcoming the Conflicts*. Albany: State University of New York Press, 2000.
- _____. Process Theology; In: TALIAFERRO, C.; DRAPER, P.; QUINN, P. (eds). *A Companion to Philosophy of Religion*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2010, p. 159-166.
- HAMPTON, J. *The Authority of Reason*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- HEPBURN, R. Philosophical Ideas of Nature. In: BORCHERT, D. (ed). *Encyclopedia of Philosophy*. 2. ed. Detroit: Macmillan Reference, 2005, p. 517-522.
- INWAGEN, P. What is Naturalism? What is Analytical Philosophy?. In: CORRADINI, A.; GALVAN, S.; LOWE, J. (eds). *Analytic Philosophy Without Naturalism*. New York: Routledge, 2006, p. 74-88.
- KUHN, S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 9. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.
- LANCEY, A. Naturalism. In: HONDERICH, T. (ed). *The Oxford Companion to Philosophy*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 604-606.
- LOWE, E. *A Survey of Metaphysics*. Oxford : Oxford University Press, 2002.
- KIM, J. The American Origins of Philosophical Naturalism. In: AUDI, R. (ed.) *Philosophy in America at the Turn of the Century*. Journal of Philosophical Research, APA Centennial Supplement, 2003, p. 83-89.
- KORNBLITH, H. Naturalismo: Metafísico e Epistemológico. In: ABRANTES, P. (ed). *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 3, (2), 1998, p. 147-169.
- MOSER, P. K.; YANDELL D. Farewell to Philosophical Naturalism. In: CRAIG, L.; MORELAND, P. (eds). *Naturalism: A Critical Analysis*. London and New York: Routledge, 2000, p. 3-23.
- MURPHY, N. Naturalism and Theism as Competing Traditions. In: GASSER, G. (ed). *How Successful is Naturalism?* Heusenstamm: Ontos Verlag, 2007, p. 49-75.
- NEURATH, O. Protocol Sentences. In: AYER, A. (ed). *Logical Positivism*. New York: The Free Press. Trad. George Schick, 1959, p. 199-208.
- PAPINEAU, D. *Philosophical Naturalism*. Oxford: Blackwell, 1993.
- _____. Naturalism. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2007. Disponível em:

- <<http://plato.stanford.edu/entries/naturalism>>. Acesso em: 07 fevereiro 2013.
- _____. The Causal Closure of the Physical and Naturalism. In: MCLAUGHLIN, B; BECKERMANN, A; WALTER, S. (eds). *The Oxford Handbook of Philosophy of Mind*. Oxford: Clarendon Press, 2009, p. 53-65.
- PETTIT, P. Naturalism. In: DANCY, J.; SOSA, D.; STEUP, M. (eds). *A Companion to Epistemology*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2010. p. 542-543.
- PLANTINGA, A. How Naturalism Implies Skepticism. In: CORRADINI, A.; GALVAN, S.; LOWE, J. (eds). *Analytic Philosophy Without Naturalism*. New York: Routledge, 2006, p. 29-44.
- POST, J. Naturalism. In: AUDI, R. (ed). *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 517-518.
- QUINE, W. *Word and Object*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, 1960
- _____. *Epistemology Naturalized*. In: *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press, 1969, p. 69-90.
- _____. *Pursuit of Truth*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- SCHMITT, F. Naturalism. In: KIM, J.; SOSA, E.; ROSENKRANTZ, G. (eds). *A Companion To Metaphysics*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2009, p. 435-437.
- SELLARS, W. *Science, Perception, and Reality*. New York: The Humanities Press, 1963.
- SPERBER, D. *Explaining Culture: a Naturalistic Approach*. Oxford: Blackwell, 1996.
- STROUD, B. The Significance of Naturalized Epistemology. KORNBLITH, H. (ed) *Naturalizing Epistemology*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, 1985, p. 71-89.
- _____. The Charm of Naturalism. In: DE CARO; M. MACARTHUR, D. (eds.) *Naturalism In Question*. Cambridge: Harvard University Press, 2004, p. 21-35.
- SUKOPP, T. How Successful Is Naturalism? Talking about Achievements Beyond Theism and Scientism. In: GASSER, G. (ed). *How Successful is Naturalism?* Heusenstamm: Ontos Verlag, 2007, p. 77-106.
- REA, M. Naturalism and Material Objects. In: CRAIG, L.; MORELAND, P. (eds). *Naturalism: A Critical Analysis*. London and New York: Routledge, 2000, p. 110-132.
- _____. *World Without Design: The Ontological Consequences of Naturalism*, Oxford: Clarendon Press, 2002.
- RITCHIE, J. *Understanding Naturalism*. Stocksfield: Acumen, 2008.

ROONEY, P. Putting Naturalized Epistemology to Work. In: ALCOFF, L. (ed). *Epistemology: the Big Questions*. Malden: Blackwell Publishers Inc, 1998, p. 285-306.

VOEGELIN, E. The Origins of Scientism. In: SANDOZ, E. (ed) *The Collected Works of Eric Voegelin: Published Essays, 1940-1952*. Columbia: University of Missouri Press, 2000, p. 168-196.